

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.033](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.033)

OS DISTANCIAMENTOS DA BNCC COM AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SUA APROXIMAÇÃO COM O NEOLIBERALISMO

Diêgo de Lima Santos Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores-PPGFP, da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. E-mail: diegolima.7@icloud.com

Paula Almeida de Castro

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, Coordenadora Institucional PIBID/UEPB da Universidade Estadual da Paraíba, Coordenadora Nacional do CONEDU – Congresso Nacional de Educação e Professora do Departamento do Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: paulacastro@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Este artigo discute os distanciamentos da BNCC em relação as questões de Gênero, que faz parte das novas abordagens da educação no Brasil hoje, e analisa a influência do setor econômico que afeta diretamente os programas curriculares educacionais, nas sociedades ditas capitalistas no mundo ocidental. O modelo neoliberal propõe uma educação com ênfase a formação técnica, com pessoas aptas às funções do mercado de trabalho, e se torna apática a questões de cunho subjetivo, cultural, e humano. Diante disso, as ciências sócio-históricas antropológicas, posicionam-se frente a esse modal da “educação econômica”, que tem levado a reformulação dos currículos da educação básica, em especial a Base Nacional Comum Curricular, que busca promover mudanças na formação dos estudantes enfatizando as habilidades profissionais técnicas, sob influência das grandes potências globais. Para aprofundamento das questões de gênero, neoliberalismo e currículo algumas vozes teóricas se apresentam neste escrito, tais como: BAUMAN (1999), BEAUVIOR (1949), BUTLER (1990), FREIRE

(1997), LOURO (2004) ROMANELLI (2012), SILVA (2007), entre outros, que reverberam um diálogo acerca de como nos apresentamos para si mesmo para o outro em nossa forma de ser e existir, e como o mercado econômico interfere na construção do currículo escolar, que por vezes enxerga o aluno como um mero banco para depósito do saber, desconsiderando sua cultura, seu gênero e sua singularidade.

Palavras-Chave: Gênero; Neoliberalismo; Currículo.

INTRODUÇÃO

De certo que a escola caminha em parceria com o setor econômico, pois dela saem os profissionais do futuro, que irão desempenhar suas funções desenvolvendo a ciência, a economia e a sociedade. Tem-se observado uma grande influência do modelo neoliberal em todos os setores econômicos, e neste sentido a escola também sente os impactos dessas modificações, em especial na construção dos currículos. Assim, cada vez mais a escola vai distanciando a sala de aula do estudante, uma vez que, grande parte não constrói pertencimento ao que é estudado, e neste percurso, as discussões de cunho subjetivo tal como a temática gênero cada vez mais sofre com o silenciamento.

Justifica-se esta análise ao observar a lacuna existente na BNCC, com as questões relacionadas às discussões de Gênero, percebe-se que a mesma objetiva uma formação mais técnica, baseada em habilidade e competências, com isso reflexões de cunho subjetivo ficam em segundo plano, se é que assim podemos dizer, para não dizermos excluídas.

Essa lacuna mensurada no escrito, mostra que precisamos elucidar mais ainda uma educação humanizada, que considere o aluno em sua diferença e que não o perceba apenas como alguém capaz de reproduzir comandos e/ou funções, o ser humano transita pelos fatores biopsicossociais, e a escola precisa considerar essa traide para que haja uma formação completa. Com isso, acredita-se que a discussão em pauta, é pertinente e necessária ao cenário atual que estamos vivenciando, e que possa servir de reflexão para estudos posteriores.

METODOLOGIA

Em concórdia com a propositura deste estudo, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, de molde qualitativo objetivando refletir sobre as alterações propostas nos currículos escolares contemporâneo influenciadas pelo neoliberalismo, em especial a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e seus distanciamentos das questões de gênero. A pesquisa bibliográfica, exige do autor uma análise aprofundada em busca de respostas e/ou soluções acerca

de um determinado fato. Por meio de leituras que se entrelaçam e coadunam do mesmo objeto de pesquisa, caminhou-se pela análise de vários olhares teóricos, buscando contribuições que fornecessem o conhecimento necessário para a questão destacada.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, FONSECA(2002), nos auxilia na compreensão da metodologia adotada, de modo que, este trabalho possa servir de balisa para tantos outros que comunguem da mesma análise, assim como sirva também para leitura e reflexão de estudantes e profissionais da educação, e que sirva de provocativa para repensar sobre o cenário da escola e seus desdobramentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NO CURRÍCULO ESCOLAR.

O conceito de Neoliberal ainda é um ponto de grande discussão entre teóricos das ciências sociais, a teoria do neoliberalismo foi uma doutrina criada por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do século XX, que objetivava a construção de um Estado que fosse ao mesmo tempo regulador e assistencialista, e que estivesse em suas mãos o poder controlar o funcionamento do mercado.

Para o neoliberalismo tudo são empresas e como tal vivem em constante competitividade, a ideologia neoliberal, coloca a escola a ser pensada também como empresa, com isso observamos atualmente uma discussão em torno da privatização da universidade pública, o sistema de saúde também é como uma empresa, daí os projetos de privatização do SUS, entre outros setores do estado,

tudo é pensado a partir do modelo de mercado, inclusive a própria função do poder legislativo público, observa-se uma crescente onda de pessoas na política que não se intitulam mais pelos cargos que exercem, a exemplo prefeitos, deputados, governadores, estes agora se denominam “gestores”, trazendo o pensamento neoliberal para a esfera pública, desprezando o compromisso coletivo, entendendo a política como um setor de mercado controlado por uma patrão, divergindo da concepção política que se estabelece nas relações democráticas.

Neste sentido o neoliberalismo invade o estado e introjeta a concepção de superioridade, corrobora com esse pensamento (BOITO JR, 1999, p. 45):

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal.

De modo sintético podemos dizer que Neoliberalismo é um modelo de mercado que defende a maior autonomia dos cidadãos nas esferas políticas e econômicas, desprezando a intervenção estatal. Para (Foucault, 2008, p. 258), na economização, a racionalidade econômica é alçada ao princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos humanos, constituindo o ponto pelo qual o indivíduo pode ser governado.

Por último e mais nefasto e neoliberalismo aposta na ideia do ser humano como uma empresa, e daí surgem os clichês “ Eu faço uma gestão mais forte”, “!Produzo mais que os outros”, “!Sou gerente de mim mesmo”, entre outros, uma vez que, neste modelo a democracia e coletividade são esquecidas, dando espaço a competição em massa por bens e posições sociais, o egocentrismo e o individualismo é entendido como fator do sucesso, desconsiderando que na sociedade nada funciona isolado, todos nós tecemos relações em redes e nestas desenvolvermo-nos.

Assim sendo; ao discutirmos a influência do neoliberalismo na educação, temos um cenário em que tais proposituras afetam diretamente os currículos escolares, tendo em vista que neste caminho

econômico a instituição educativa passa a ser pensada como mercado, ou um local de preparação para o mundo empregatício. Sob esta ótica existe um ênfase para cursos profissionalizantes, que preparam o aluno para o trabalho, mas em contrapartida reduz dos estudantes sua capacidade crítica, reflexiva, desconsiderando suas subjetividades, culturas valores e modos de ser. Outra característica marcante do modelo neoliberal é a privatização das instituições de ensino, além do índice elevado de aprovações dos estudantes, desprezando a qualidade da aprendizagem, focando apenas em números. A educação enquanto processo humanizador que considera o outro como ser de possibilidades é totalmente contrária ao modelo neoliberal.

As “disfunções do poder”, as ambiguidades de elementos de seu funcionamento que são simultaneamente princípios de sua desordem, acabam conduzindo a novos arranjos, práticas e racionalizações da economia do poder, de modo a torná-lo mais eficiente no governo das condutas (Foucault, 1999a, pp. 66-9).

Sob a ótica foucaultiana, entendemos que o neoliberalismo surge a partir da desordem econômica, e que para haver o reordenamento de suas bases, faz-se necessário uma (re)organização em vários setores da sociedade, mesmo que em alguns lugares (a escola por exemplo), passe a construir uma ensino de abordagem de prática, técnica, não enfatizando fatores subjetivos, emocional e sócio cultural.

A influência do neoliberalismo no âmbito escolar, vem sendo discutida por parte da sociedade que observam nesta mudança uma ameaça a capacidade crítica-reflexiva no ensino, uma vez que o modelo preconiza a mecanização das tarefas e a repetição de comandos. Os embates sobre até onde a atuação neoliberal pode influenciar nos currículos, vem se prolongando a muito tempo nas instituições educacionais e na sociedade de um modo geral, alavancando os mais diversos posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à sua interferências no curso do novo paradigma educacional, se é que se pode assim dizer.

Para entendermos o currículo e o poder que exerce na escola, recorreremos a voz de Silva (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Neste entendimento, o currículo é a ferramenta de regulação do ensino, atrelado aos interesses da sociedade e do mercado, pois, por meio dele constrói-se o percurso formativo dos futuros profissionais. Desse modo, podemos analisar o currículo e suas dimensões, no currículo prescrito estão contidas as abordagens e conteúdos necessários à formação discente, este é o tipo de currículo é o alvo do neoliberalismo, pois as grandes potências econômicas enxergam a escola como fortes produtoras de mão de obra, limitando-se a isso. Porém, no seio escolar, desdobra-se também o currículo oculto, este não considerado pelo neoliberalismo, no oculto, centralizam-se as questões de cunho, cultural, subjetivo, valores e identidades, indispensáveis a formação do aluno, pois tais aspectos favorecem a construção das relações interpessoais que se reverberam em uma sociedade mais humana e democrática.

A ampliação em larga escala das escolas de ensino técnico, a elaboração de uma Base Nacional de Comum Curricular, seguida de uma reforma trabalhista, apresenta-nos um Brasil que caminha para reconstrução de um ambiente escolar, cada vez mais distanciado das realidades do aluno, focada apenas em pessoas aptas a atuação nas grandes indústrias. A capacidade do pensar reflexivo, vai sendo aos poucos sendo extraída dos currículos, e exemplo disso apontamos a diminuição de aulas dos componentes de história, sociologia, filosofia e artes. A grade curricular das ciências humanas está sendo bombardeada, e sob essa pressão surgem as trilhas de aprendizagem, que unificam esses conteúdos e o reduzem tornando as discussões de Gênero por exemplo, cada vez menos presentes em sala. O foco está nas habilidades, que geram competências esperadas pelo mercado imediatista das compras e vendas, visando estudantes com domínio em mídia, trabalhos técnicos, desconsiderando estudantes analíticos e dialógicos, que discutam sobre problemas, e desenvolvam relações mais humanas.

A Base em sua elaboração aponta como sendo um documento democrático, que engloba todos os estudantes, porém, Macedo (2016) considera que apesar de BNCC ter como proposta a organização curricular em nível nacional, sob o discurso de promover a equidade e igualdade de oportunidades, não há garantia alguma que ela alcance os objetivos delineados, sobretudo porque dificilmente haverá uma real equidade somente pela reorganização curricular das escolas.

O novo na área da formação para a classe-que-vive-do-trabalho é a gestão do conhecimento numa concepção empresarial cujas políticas de educação são pensadas, formuladas e implementadas de forma subordinada [...] ao metabolismo social produtor de mercadorias e disciplinador de uma força de trabalho subordinada à reprodução do capital [...]” (BERGAMO e BERNARDES, 2006, p. 191).

Pensando através das contribuições de Bergamo (2006), o ensino atual proposto pela BNCC, coloca o estudante como ser de possibilidades para o mercado de trabalho, e remove deste a capacidade do pensar sobre a educação e seu desenvolvimento através da reflexão e aceitação do outro em sua diferença, o novo modelo não oportuniza uma análise sobre as realidades, nem incentiva o prosseguimento nos estudos nas instituições de ensino superior, uma vez que, forma direto para o mercado. Com isso temos por exemplo um crescimento exponencial de cursos técnicos nas instituições privadas. Esse um conjunto bem articulado, de um lado escolas técnicas, e de outro precarização do serviço educacional atrelado a um desejo de limitar os concursos públicos, fortalece cada vez mais o modelo do neoliberalismo, que ganha muita força com a influência das mídias sociais entre outros.

Desse modo, ao pensarmos nas pessoas que se identificam com um Gênero diferente do sexo biológico que lhe foi concebido em sua formação, e que precisam desta discussão em sala de aula, enquanto sujeitos partícipes do processo educativo, para que não sejam alvos de uma má interpretação que culmina com esteriótipos, preconceitos, e bullying, Bourdieu corrobora com Passeron (1982), e define: a violência simbólica como a ação de grupos dominantes na imposição de seus parâmetros culturais às classes dominadas.

Neste sentido, observa-se que determinados instrumentos/objetos/documentos podem ser utilizados a favor de uns em detrimento de outros, construindo dessa forma um mecanismo de valorização das classes dominantes e desvalorização das “minorias” sociais, despossuídas e sem expressão social significativa. Assim, o preconceito existentes para pessoas/ estudantes com identidade de Gênero diferente, pode ser intensificado quando os documentos curriculares se distanciam desta análise, o currículo neste sentido fornece a supremacia de certa população e por outro lado invisibiliza os menos favorecidos.

Para Bourdieu o currículo:

produz o desconhecimento das limitações implicadas nesse sistema, de sorte que a eficácia da programação ética e lógica por ele produzida se encontra redobrada pelo desconhecimento das limitações inerentes a essa programação. A ação pedagógica tende a produzir o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural (Bourdieu; Passeron, 1982, p. 52-53).

O currículo que deveria ser um campo de luta para construção de uma escola mais justa, tornar-se o próprio caminho de suas excludências, transitando neste antítese entre o favor para uns e o desfavorecer para outros, faltando neste sentido a equidade entre os pares, para que o processo educacional possa desenvolver-se da maneira mais dinâmica e justa possível.

2. O QUE É GÊNERO?

Destacou-se neste estudo as discussões de Gênero não presentes na BNCC, muito tem discutido sobre o que é gênero, e neste sentido inúmeras concepções equivocadas foram surgindo, dentre elas a “ideologia de gênero”, que não existe. Por falta de conhecimento científico pertinente, esses entendimentos sem base teórica levam a um disseminação de inverdades e preconceito, não contribuindo para o entendimento real.

A princípio analisamos a contribuição de (Bandeira e Oliveira, 1990, p.8), para este tema:

A conceituação de Gênero, enquanto possibilidade de “entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social”

Deste modo, gênero parte da subjetividade do indivíduo, ou seja, é uma expressão íntima daquilo que se é, mais não cabe no modal de existência biológica que entende apenas dois seres (macho e fêmea), que algumas em civilizações é tida como a única e absoluta verdade.

[n]inguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Sob a ótica de Beauvoir não nascemos, nos tornamos, e nos tornamos porque estamos inseridos em uma sociedade de modificações, advindo dessas mudanças tomamos novos rumos e com isso surgem novas performances através da nossa nossa corporeidade, este fato não nos limita a absolutamente nada, antes revela ao outro nossa criatividade interior, e nossa maneira de enxergar o mundo através dos nossos corpos.

O fato é que estamos em constante evolução, e neste percurso novas representações sociais se reconfiguram e o homem e a mulher tem a liberdade de expressar-se e existir da maneira que se entende, e isso não interfere em nada na existência do outro. Gênero não é o sexo atribuído ao nascimento, gênero é movimento fluído de transformação em busca de realização e apresentação daquilo que se é de fato. Gênero não é definido pela sociedade, não é um rótulo que se padroniza produtos, gênero transcende dentro de cada um e se aflora na forma de ser, relacionar-se, conviver, posicionar-se e nesta diversidade descobrem-se novas performances da existência. Como diz Robert Connell (1995, p. 189), “ no gênero, a prática social

se dirige aos corpos”. São nestas práticas que novas percepções são apresentadas a sociedade, muito mais do que meras definições o gênero ultrapassa os conceitos básicos de macho e fêmea, agora o ser se contrói e se reconstrói, com isso podemos apresentar nossas relações com nos mesmos e com os demais a nossa volta, não cabendo aos expectadores um juízo de valor, antes, perceber a beleza que se encontra naquilo que difere de si.

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. (Stuart Hall 1992, p.4).

Por este prisma, a sociedade ainda é regida por pessoas que desempenham papéis que culturalmente foram designados, e essas marcas passam de geração a geração, tal como: “a mulher é delicada, por isso deve costurar”, “ o homem é forte por isso deve ir em busca de sustento para o lar”, porém essa ideia de duas figuras únicas, despreza a construção do gênero, assim sendo, um homem que se reconhece como macho devido seus órgãos genitais gerados durante a gestação da mãe, não o impede por exemplo de compreender-se como pessoa de gênero andrógino.¹

O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (Louro, 2004, p.20).

Gênero passa a ser entendido como uma forma de ler-se a si mesmo e interpretar-se para sociedade a nossa volta, o mais complexo neste caminho é produção de saberes que sejam fáceis de serem digeridos, por aqueles que ainda não degustaram do doce

1 Andrógino refere-se a pessoa que apresenta simultaneamente características do gênero masculino e feminino. Disponível em: <https://www.significados.com.br/androgino/>. Acesso em 05 out, 2022

sabor da diferença, objetiva-se com a divulgação dessas novas identidades de gênero, que um maior número de pessoas possa compreender o que realmente é gênero, e dessa maneira o respeito ao diverso possa ser cultivado.

A noção de gênero adquire um duplo caráter epistemológico, de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tão simbólicas quanto materiais, e de outro, como categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais. (Varikas,1989, p.30)

Para Várkas, o gênero difere do padrão biológico macho e fêmea imposto na sociedade, essa construção singular inicia pela aceitação mental de si mesmo e das suas percepções acerca dos modos de vida, onde o ser humano interpreta os fenômenos sociais e a partir de sua realidade encara o mundo como uma maneira de vê-lo, esse análise íntima de si mesmo materializa-se e se apresenta em seus corpos, pelas maneiras de vestir-se, nos dialetos, no maquiar-se, nas expressões corporais, etc, partindo de uma percepção particular que se torna realidade em seu cotidiano e é expressa ao outro.

3. GÊNERO E BNCC, É POSSÍVEL ESTE DIÁLOGO?

Os embates para tessitura da BNCC, foram pontos que estarão circunscritos na história da educação brasileira. Iniciada através de consultas públicas num governo democrático de esquerda a base foi concluída sob o palco de muitos entraves e debates de cunho político e ideológico, sob influência da bancada conservadora religiosa da política, em meio ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Pela ótica dos contextos socioculturais, percebemos que a discussão de gênero deve vir nos currículos como um debate interdisciplinar, favorecendo a compreensão do tema pelos estudantes. A primeira versão da BNCC foi alvo de inúmeras críticas, conforme contribui Brazão (2018):

a. rejeição ao documento foi grande e as críticas foram variadas, tais como ao caráter homogeneizador do documento, que o documento visava atender aos interesses do mercado capitalista e de investidores empresariais e críticas aos conteúdos propostos no documento. Especialmente os referentes à disciplina de História que apresentava uma ruptura com a História da tradição escolar quadripartite e eurocêntrica, críticas pelo texto ideologizado, entre outras. (BRAZÃO, 2018, p.34)

Observa-se um tendenciosismo as questões de mercado, desconsiderando a escola como lugar de análise subjetiva dos sujeitos vivos, humanos, quando a base abre espaço para redução dos conteúdos da área de humanas e exemplo seu distanciamento do ensino de história, rompe-se com a capacidade da discussão das várias histórias de cada estudante, e nesta perspectiva se exclui-se a capacidade de aprender com o outro em sua diferença. Neste percurso a BNCC foca no ensino para formação profissional, não contemplando estudos sobre os corpos e suas performances.

O que pode ser percebido na base, é uma íntima ligação com setores econômicos e uma apatia as questões humanas, porém ao elaborar um documento desta magnitude e esquecer que os estudantes são diversos, perfeitos em suas diferenças, sejam elas religiosas, físicas ou de gênero, quebra-se o princípio da igualdade. Uma escola não pode ser regida pela padronização, quando se abstém de um tema tão importante como a questão de gênero, observa-se mais uma vez o fracasso no percurso formativo estudantil.

O aspecto religioso enraizado em sala de aula desde o período Jesuíta, fez com que as discussões de gênero fossem retiradas da base nisto observa-se a influência do conservadorismo religioso que vigora e interfere na educação.

É notável que a discussão de Gênero na BNCC não foi possível.²

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o

2 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/sobre/>. Acesso em 22 out, 2022.

que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente (BEAUVOIR, 1970, p. 10, grifo da autora).

Nesta perspectiva temos uma sociedade marcada por misoginia e homofobia, e está na educação a possível solução desses problemas, porém para que isso ocorra é necessário a garantia da construção dos currículos de modo que esse dialogue com as realidades dos nossos estudantes, tendo as várias camadas da sociedade juntas, destacando os conhecimentos que deverão conter nos currículos, de modo a contemplar temáticas emergentes na sociedade como as discussões de Gênero.

Sendo assim, o currículo como percurso norteador de todo o ensino, deve ser formulado de modo a amenizar o preconceito e não intensificá-los, quando observamos a BNCC e sua desconsideração no que se refere às discussões de Gênero, comprovamos um retrocesso nas pautas de cunho humano, histórico e social, no momento em que a BNCC se abstém de discutir sobre esse conceito, ou propor uma maneira para o trato dessas questões, ela se torna a própria opressora em sala.

No que tange a aspectos de subjetividade, solidariedade e convívio social, pode-se observar uma competência na área de ciências humanas, para o ensino médio que aponta:

Competência 5 - Ensino Médio

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (Brasil, 2018, p. 571)

Nota-se que a propositura gira em torno de combater as injustiças e preconceito porém não se posicionam especificamente gênero, mesmo alegando que possa haver a inclusão das discussões de Gênero, pelos professores da área, para se ter mais efeito a menção a temática propriamente dita teria sido de suma importância.

Competência Geral da Educação básica.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p.9).

Neste outro ponto, observa-se também uma ênfase ao respeito ao outro e valorização da diversidade, porém qual diversidade? Caso houvesse interesse real da escola abordar o conteúdo, a questão teria sido apontada especificamente: Diversidade de Gêneros. Tudo isso nos leva a perceber o total desprezo que o documento teve com a propositura, o fruto dessa apatia contribui com o que já ocorria dentro das escolas, preconceito, violência verbal e física, por parte daqueles que não tiveram acesso ao conhecimento, e sentem-se incomodados com o diverso em sua frente.

A escola enquanto local de acolhimento deveria manter o equilíbrio, entre a formação humana e para o mercado de trabalho, pois os estudantes que saem da escola são os mesmos que irão conviver com uma sociedade plural, com vários os gêneros existentes. Negar ao estudante esse entendimento é contribuir de maneira direta para uma sociedade cada vez mais injusta e preconceituosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após essa breve análise, percebe-se que a base intensifica o problema no entendimento sobre o que é gênero, uma vez que não faz menção no documento desta proposta. Porém a Discussão de Gênero existe, e resiste a toda forma de conservadorismo imposta. A sociedade é plural, e não há um modal para os corpos, pois estes se reconfiguram e apresentam-se para si mesmo e para o outro conforme seus desejos e percepções subjetivas. Observa-se também uma onda neoliberal que adentra nos currículos, levando a escola formar cada vez mais mão de obra barata, não tendo acolhimento por causa mais humanas. As propostas para estudos de gênero são escassas, e para diversidade deixam enormes lacunas. É impossível padronizar uma sociedade, pois o saber se desdobra

dentro e fora da instituição educativa, assim sendo, o conhecimento ocorre através da coletividade, visando um mundo cada vez melhor.

Se a escola forma para o mercado de trabalho, precisa ensinar inicialmente a sermos humanos, capazes de lidar e conviver com o diverso. De fato, o neoliberalismo enfraquece as questões de cunho humanístico nos currículos escolares, e intensifica um ensino cada vez mais técnico, visando estudantes capazes de realizar funções e comandos, contribuindo para perda de suas capacidades reflexivas e humanizadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os embates entre os interessados na discussão de Gênero e os que buscam implementação de uma educação cada vez mais tecnicista advinda do modelo neoliberal, ficarão circunscritos na história da educação nesse período atual de grandes embates e lutas.

Embora a discussão de Gênero já tendo ganhado espaço no campo da legislação, a temática encontra-se na fase embrionária na BNCC, embora suas primeiras aparições enquanto conteúdo curricular não tenha sido aprovado, após a implementação e da BNCC, só o tempo dirá da eficácia da mesma para o avanço e progresso da sociedade, sabendo que o desconsiderar da temática Gênero causa preocupação, pois o tema é relevante para o presente e o futuro das novas gerações. Sua exclusão da Base, certamente culminará com prejuízos enormes, além de intensificar os preconceitos já existentes. Toda mudança curricular requer um tempo ou vários tempos que compreendam a sua implementação, os avanços e recuos, os progressos e frustrações, as aproximações e distanciamentos com as pautas que são mais relevantes para o crescimento do capital humano. É importante não se perder de vista o componente humano em detrimento do componente econômico atrelado ao capital e aos interesses de um pouco em oposição aos demais. O mais importante neste momento é deixar registros escritos, do que está acontecendo para que gerações futuras possam olhar atrás e com base no que foi deixado, repensar em novas vertentes para o futuro.

Portanto observa-se um total distanciamento da BNCC com a discussão de Gênero, e uma forte aproximação com o modelo

Neoliberal, neste sentido, é preciso que docentes e discentes estejam certos do papel que cumprem enquanto fazedores da história no rumo dos seus próprios cursos de vida, quer seja no presente ou no futuro, ou seja, a ciência de que estão agindo enquanto sujeitos históricos que têm consciência do que está acontecendo ou por acontecer, da sua capacidade de luta contra ou a favor dos seus interesses coletivos e individuais, de modo a que se possa garantir a humanização e organização social melhor possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a colaboração da Profa. Dra. Paula Castro, que levou-me a refletir sobre o tema por um outro prisma, da modo a ampliar os saberes pretéritos, provocando-me a ir em busca de outras investigações no concernente temática.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria & OLIVEIRA, Eleonora M. de. *Trajatória da Produção Acadêmica sobre as Relações de Gênero nas Ciências Sociais* In: GT 11 - A transversalidade do gênero nas ciências sociais. XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACEDO, Elizabeth. **Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n.02, p. 45-67, abr./jun. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996.

VARIKAS, E. **Jornal das damas: feminismo no sec. XIX na Grécia.** In: **SEMINÁRIO RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO VERSUS RELAÇÕES DE SEXO.** São Paulo: FFLCH/USP. 1989.